



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 10 de Novembro de 1971

A Igreja é uma comunhão livre e responsável

Após o encerramento do Sínodo dos Bispos, colocamo-nos na posição mental de quem vê a Igreja de fora e contempla os seus aspectos mais exteriores, expostos à observação de todos. Depois de se ter ouvido falar tanto da Igreja, pergunta-se: afinal, o que é esta Igreja? Em que consiste este fenómeno histórico, humano e religioso? A pergunta refere-se ao Sínodo, ou melhor, às questões tratadas pelo Sínodo. A opinião pública, que foi informada sobre elas, ainda gostaria de ter algumas informações conclusivas.

Deixemos, porém, que os técnicos continuem a trabalhar. E, por técnicos, entendemos as pessoas competentes, que foram encarregadas de dar uma ordem lógica e doutrinal aos textos oficiais aprovados, com a obrigação de considerar as numerosas observações, denominadas « modi », que os membros do Sínodo, isto é, os « Padres », apresentaram.

Ainda não chegou o momento de satisfazer esta legítima curiosidade, nem talvez seja este o lugar indicado para o fazer. Queremos deter-nos agora, alguns instantes, na consideração de outra curiosidade mais elementar e mais profunda, a que se refere à definição empírica de Igreja: o que é a Igreja? Vamos procurar responder a esta pergunta, apresentando alguns elementos que são imediatamente evidentes, sem a pretensão de dar uma resposta adequada.

A Igreja é uma sociedade, uma sociedade religiosa. Isto é evidente. Esta observação imediata, mas fundamental, já é suficiente para recordar que não podemos pertencer à Igreja, nem professar a religião que se personifica nesta Igreja, isto é, ser verdadeiros cristãos, possuir uma religião própria, um modo pessoal de ser cristãos autênticos, sem, ao mesmo tempo, sermos

membros desta sociedade que se chama Igreja.

O cristianismo é um facto social. Não é simplesmente uma corrente ideológica, que dá a cada pessoa a liberdade de a conceber à sua maneira e de a esconder no âmago da própria consciência. A religião professada pela Igreja constitui uma comunidade, uma comunhão de ideias e de hábitos, gera um povo, o Povo de Deus. A concepção de uma Igreja meramente espiritual, e, portanto, invisível, interior, que não pode ser conhecida exteriormente, não é uma interpretação integral da realidade do cristianismo. A Igreja não é só uma alma, é também um corpo. Até os cristãos que se separam da Igreja, com a intenção de a conceber de outro modo, puramente espiritual e invisível, e, por conseguinte, livre de qualquer vínculo social, desprovida de qualquer relação exterior e, conseqüentemente de uma autoridade ou de uma ordem jurídica, compreendem que se afastaram do plano constitucional da religião fundada por Cristo e reivindicam para si próprios o título de « Igreja », título este que exige uma sociabilidade visível, determinada e encarnada num organismo humano que postula uma unidade. É a lógica da Encarnação.

Já no seu tempo, Santo Agostinho se queixava disto, ao escrever estas palavras ao povo religioso, mas extravagante, de Madaura: « Vedes, certamente, que muitas pessoas são arrancadas da raiz da sociedade cristã que se difunde no mundo, com uma propagação segura, por meio da Sé Apostólica e da sucessão dos bispos » (*Ep* 232, em: *PL* 33, 1028). S. Tomás recorda-nos que « Jesus Cristo realizou a obra da nossa salvação como Deus e como homem, a fim de, como homem, sofrer pela nossa redenção, e, como Deus, a Sua paixão ser salutar para nós » (*Summa Contra Gentiles*, IX, 74). Os termos Deus, religião, Cristo, Igreja e salvação, estão essencialmente dispostos na mesma linha descendente, que também pode ser percorrida em sentido ascendente. Se nos quisermos salvar, isto é, se quisermos realizar o nosso verdadeiro destino, devemos encontrar na Igreja o ministério que nos é oferecido por Cristo, mediador daquela religião que nos conduz a Deus, o inefável Príncipe vivente.

Nesta altura, porém, o aspecto pessoal da Igreja adquire realce no seu aspecto social. A sociedade eclesial distingue-se da sociedade civil exactamente pelo facto de pertencermos à sociedade civil, em virtude do nascimento, isto é, em consequência de um título que não depende da nossa vontade. Pelo contrário, pertencemos à sociedade eclesial por inserção, que supõe na criança, baptizada na fé dos pais, dos padrinhos e da comunidade, e exige, no cristão consciente e adulto, um acto de fé voluntário e livre. Nascemos homens e tornamo-nos cristãos. Portanto, o aspecto soberano da Igreja é este: é verdade que é uma sociedade, mas é uma sociedade livre. Esta palavra, pronunciada hoje, parece uma repetição, uma coincidência favorável à linguagem corrente, aplicada à convivência moderna. É motivo para nos alegrarmos. Não há fé se esta não for livre. Mas devemos compreender que o termo « liberdade », aplicado à nossa vida religiosa, tem uma profundidade constitutiva natural, o que torna a vida religiosa, a vida da Igreja, sobre a qual estamos a falar, não só digna de ser incluída entre os primeiros e os mais sagrados direitos do homem, mas também extremamente importante e dramática para cada pessoa e, ainda, para

toda a colectividade humana, dentro da qual o exercício deste tipo de liberdade, que decide o destino supremo do homem, encontra, praticamente, o seu desenvolvimento.

A Igreja apresenta-se-nos, portanto, como a sociedade onde o direito sagrado da liberdade humana satisfaz as suas exigências e adquire expressões mais elevadas e mais completas, porque a fé, isto é, a nossa relação com Deus, não deve ser obrigada de qualquer modo, nem impedida. Aqui poder-se-ia examinar historicamente a observância e a violação deste cânon fundamental. Mas podemos deixar esta tarefa para outra sede competente, e chamar a atenção para outro requisito de suma importância, que integra a liberdade própria da vida pessoal religiosa e qualifica o vulto da Igreja, cuja definição imediata estamos a procurar. Este requisito é a responsabilidade.

Liberdade e responsabilidade são os atributos genuínos e profundos que caracterizam os membros desta sociedade original a que chamamos Igreja.

Em nenhuma outra condição humana podemos encontrar a responsabilidade na urgência das suas exigências psicológicas e morais, como na nossa religião, na Igreja, ao ponto de constituir o estímulo mais vigilante, mais autorizado e mais confortador deste acto espiritual, o mais humano entre todos, a que chamamos consciência. É uma realidade bem conhecida. É vivida na praxe cristã. A criança conhece-a, o adulto vive-a. É aqui que se encontra a origem do drama antigo e moderno. Mas, hoje, depois de se ter exaltado tanto a consciência sensível e psicológica, procura-se abafar a consciência religiosa e anestesiar a consciência moral, cancelando a noção de pecado, sem, contudo, a poder anular inteiramente. Referimo-nos à responsabilidade total perante Deus, a sociedade e a própria pessoa. Procura-se, deste modo, fazer com que a liberdade se torne irresponsável perante as suas exigências supremas. A Igreja, porém, está apoiada neste sentido imanente de responsabilidade, que provém da sua fé livre e lhe dá a capacidade de agir, com amor, fortaleza e entusiasmo na utilização de todas as espécies de qualidades de que é dotada a vida do homem.

A Igreja, portanto, é uma sociedade religiosa, sumamente livre e responsável. Procuremos, agora, aplicar a nós próprios esta definição, porque cada um de nós é membro da Igreja. Trata-se de uma iniciação pedagógica, que, porém, nos leva à compreensão do facto de sermos Igreja e nos faz experimentar a alegria que ele nos proporciona.

Damo-vos a nossa Bênção Apostólica.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana